

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES

MÔNICA MARIA LOPES DOS SANTOS

EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA DE
INCLUSÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

CAMPINA GRANDE –PB

2014

MÔNICA MARIA LOPES DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA DE
INCLUSÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**

Monografia apresentada ao curso de
Especialização fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),
em cumprimento à exigência para obtenção
do grau de especialista.

Orientador: Professor Ms.Sérgio Ricardo da Costa Simplício

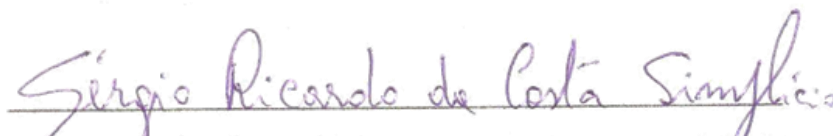
CAMPINA GRANDE -PB

2014

EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

Monografia apresentada ao curso de
Especialização fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),
em cumprimento à exigência para obtenção
do grau de especialista.

Aprovada em 12 / 03/2014.

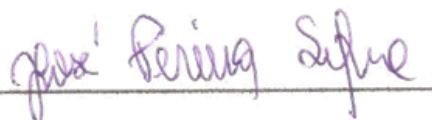


Professor Ms..Sérgio Ricardo da Costa Simplicio/UEPB

Orientador



Professor Dr.. Jurani Oliveira Clementino/UEPB
Examinador



Professor Dr. José Pereira da Silva/UEPB

Examinador

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237e Santos, Mônica Maria Lopes dos

Educação especial numa perspectiva de inclusão da pessoa com necessidades especiais no ensino regular [manuscrito] : / Mônica Maria Lopes dos Santos. - 2014.

. 61 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Ma.Sérgio Ricardo da Costa Simplicio, Departamento de Especialização da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)".

1. Educação Especial 2. Ensino Regular. 3. Formação. I.
Título.

21. ed. CDD 371.9

A inclusão escolar começa na alma de cada educador,
contagia seus sonhos e amplia seus ideais,
o impulsiona a mediar saberes para que
as pessoas transcendam. A utopia pode ter muitos defeitos, mas
pelo menos, uma virtude tem ela: nos faz caminhar”.

Eugênio Cunha

(Adaptado por Simone Hellen)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de mais uma etapa na minha jornada enquanto estudante e ser que busca aperfeiçoamento através de estudos, vivências diárias e valores individuais e coletivos, aos mestres que acompanharam e orientaram cada trabalho realizado ao longo das etapas vivenciadas e em especial ao Mestre Sérgio Ricardo da costa Simplício, por me fornecer diretrizes e orientações tão preciosas para que chegasse a lograr o êxito do dever cumprido, aos profissionais e alunos que estudam na EMEF Carlos Alberto Medeiros Duarte sobreira e EEEFN. Gama e Melo, os quais muito me ensinaram e me repassam lições que levarei comigo por onde andar e com quem conviver, a minha mãe que mesmo sem ter tido a oportunidade de estudar fez todos os esforços possíveis para que os filhos viessem a ter uma carreira a partir da educação escolar, aos meus colegas de trabalho, corpo funcional das escolas acima mencionada pela carreira que exercem e exemplos que dão diariamente enquanto profissionais atuantes e ao mesmo tempo por realizarem esforços imensuráveis em suas trajetórias na Instituição para a qual prestam o trabalho e como não podia deixar de ser, ao meu cônjuge por ter me apoiado e cuidado para que eu me sentisse confortável nos períodos em que me ausentei para que conseguisse concluir mais esta etapa da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por saber que ele deve ser colocado sempre em primeiro lugar em nossas vidas para que cheguemos a lograr êxito, a meu querido orientador Sérgio Ricardo da Costa Simplício por ter conduzido tão bem os trabalhos, tirando todas as dúvidas possíveis para que o trabalho chegasse ao nível que chegou, a todos os colegas de classe com os quais interagimos e construímos um conhecimento sólido juntos e enfim, a todos que contribuíram seja respondendo a questionários, seja conversando informalmente sobre o tema em pauta e até mesmo fornecendo material para que eu me fundamentasse dentro da temática tratada mostrando solicitude e cordialidade em uma ajuda imensurável para que completasse mais este ciclo e ao mesmo tempo responsabilmente concluísse este nível na minha jornada acadêmica, a minha gratidão.

A existência na Terra é um livro que estás escrevendo...Cada dia é uma página...Cada hora é uma afirmação da tua personalidade, através das pessoas e das situações que te buscam. Não menosprezes o desejo de criar uma epopeia de amor em torno do teu nome. As boas obras são frases de luz que endereças à humanidade. Em cada resposta aos outros, em cada gesto para os semelhantes, em cada manifestação dos teus pontos de vista e em cada demonstração de tua alma, grafas com tinta perene a história da tua passagem. Nas impressões que produzes, ergue-se o livro dos teus tesouros. A morte é a grande colecionadora que recolherá as folhas esparsas de tua biografia, gravada por ti mesmo, nas vidas que te rodeiam. Não desprezes assim a companhia da indulgência, através da senda que o senhor te deu a trilhar. Faze uma área de amor ao redor do próprio coração, porque só o amor é suficientemente forte e sábio para orientarte a escritura individual, convertendo-a em compêndio de auxílio e esperança para quantos te seguem os passos. E o livro de tua vida converter-se-á em poema de felicidade e num tesouro de bênçãos.
(Emanuel, Espírito – psicografia, Chico Xavier)

A todos o meu muito obrigado!

RESUMO

A Educação Especial numa perspectiva inclusiva constitui-se numa reparação a erros históricos cometidos contra o deficiente ao longo do tempo. Ela está bem estruturada do ponto de vista legal, pois na constituição de 1988 e em todos os documentos que normatizam e legalizam a Educação Nacional ela é citada. O desmembramento da Educação Especial em duas vertentes, uma no ensino regular com o deficiente estudando junto a alunos normais e outra na Sala Multifuncional com o Atendimento Educacional Especializado segundo as falas dos profissionais, familiares e dos próprios deficientes que fazem parte das Escolas Estadual de Ensino Fundamental e Médio Gama e Melo e Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira é que precisa ser melhor visto, Os profissionais do Ensino Regular, 100% afirmam que têm dificuldades em desenvolver o trabalho, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado, 100% afirmam que as crianças com necessidades especiais, carecem de autoestima para se sentirem incluídas, os familiares de pessoas com deficiência que estudam nas escolas analisadas, 50% afirma que a criança desenvolveu hábitos de higiene e 50% afirma que a criança não aprendeu, 100% afirmam que o trabalho poderia ser melhor desenvolvido, o deficiente visual ele diz que não se sente totalmente incluído,

já que o profissional da sala regular não tem uma formação que contemple o trabalho com o deficiente e é quem mais tempo passa com ele, enquanto o profissional da sala multifuncional tem e esta formação deveria ser estendida a todos os profissionais, além do que não há a disponibilidade de outros profissionais para fazer o acompanhamento ao deficiente junto ao professor do ensino regular como psicólogos, cuidador, intérprete, transcritor entre outros. Fator este, que está impedindo que haja nas escolas uma Educação Especial Inclusiva de verdade e de fato.

PALAVRAS CHAVE: Educação Especial, Ensino Regular, formação, Sala Multifuncional

ABSTRACT

Special Education is an inclusive perspective constitutes a redress historical wrongs committed against the poor over time . It is well structured from a legal standpoint , since the constitution of 1988 and all documents that regulate and legalize the National Education she is quoted . The dismemberment of Special Education in two parts, one in regular schools with poor students studying together with normal and another in the Multifunctional Room with specialized educational services according to the statements of professional, family and disabled people themselves who are part of the State Schools of Education Elementary and Middle Gama and Melo and State Elementary School Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira is that needs to be better seen , the Regular Education professionals , 100 % say they have difficulties in developing the work of professionals specialized educational services , 100 % claim that children with special needs , lack of self-esteem to feel included , family members of people with disabilities studying in schools analyzed , 50 % said that the child developed hygiene and 50 % said that the child has not learned , 100 % claim that the work could be further developed , the blind says he does not feel fully included , as the professional regular room does not have a training that includes working with the poor and who is more time passes with him , while the professional and multifunctional hall has this training should be extended to all professionals , in addition to no availability for other professionals to follow up the poor with the regular education teachers and psychologists , caregiver , interpreter , transcriber among others . This factor , which is preventing the schools there a Special Education Inclusive of truth and fact.

KEYWORDS : Special Education , Regular Education, training , Multifunctional Room

SUMÁRIO

1.REFERENCIAL TEÓRICO	15
1.1.TERMOS QUE MERECEM DESTAQUE.....	15
1.2. UMA VISÃO SOBRE O DEFICIENTE NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE.....	16
1.3. UMA VISÃO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DE LEIS	20
2. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNICÍPIO/ESCOLAS CAMPUS.....	24
2.1. O MUNICÍPIO	24
2.2. AS ESCOLAS CAMPUS.....	26
<i>2.2.1. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CARLOS ALBERTO MEDEIROS DUARTE SOBREIRA</i>	<i>26</i>
<i>2.2.2. ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E NORMAL GAMA E MELO</i>	<i>31</i>
3. A FALA DOS PROFISSIONAIS SOBRE COMO SE DÁ A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	35
3.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	35
3.2. PROFESSORAS DO ENSINO REGULAR	36
3.3. PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ..,	39
3.4. FAMILIARES DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	42
3.5. PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
5. REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

O trabalho a ser desenvolvido em sala de aula na contemporaneidade é múltiplo, heterogêneo e carece de habilidades inerentes ao ser humano como o princípio da alteridade em uma abordagem disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar e ao mesmo tempo com metodologias condizentes com a clientela a qual se atende, ou seja, há que se ter uma visão global e uma capacidade sinérgica elevada, visto que são muitos os fatores que interferem na aprendizagem, e, esta aprendizagem não é concebida mais dissociada de significados.

Desta forma, com o objetivo de analisar as peculiaridades que envolvem a educação inclusiva a partir de leis, em conversas, aplicação de questionários com os envolvidos, através de análise das fichas de matrículas na escola e em observações de convivência diária com estes alunos, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira e na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Normal Gama e Melo é que o presente trabalho tem a pretensão de analisar estas particularidades vivenciadas tanto na sala do ensino regular com a interação do(a) professor(a), do cuidador, do intérprete, transcritor ou outro profissional específico dependendo da especificidade da deficiência, quanto na multifuncional com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e averiguar o nível de compreensão e satisfação da família com o ensino oferecido desenvolvendo um olhar crítico a respeito das necessidades do deficiente além de ouvir professores, família e deficientes sobre a interação realizada conhecendo o mesmo e as especificidades que envolve a deficiência tanto na sala de aula como na atuação na própria sociedade como um todo.

Sabendo que, se um trabalho olhando para os educandos como normais já é complexo e perpassa por muitos ângulos e questionamentos quanto aos resultados devido a

não haver possibilidade de realizar na escola que sempre trabalhou com um paradigma linear, um trabalho visando e direcionado para a homogeneidade, por haver individualidades que precisam ser consideradas, imagine trabalhar o ensino regular numa ótica especial onde vai estar incluído o deficiente dentro deste contexto o qual constitui-se numa oferta recente de modalidade, visto que mesmo a deficiência existindo desde os primórdios, as leis de direitos do deficiente são muito recentes e a concepção de trabalho com as pessoas com necessidades especiais sempre foi muito vaga e se existia, era feita com estas pessoas em escolas preparadas para trabalhar determinada deficiência e em separado, ou seja sem contato com os “ditos normais”, o que neste modelo proposto não ocorre já que é para deficientes e “normais” interagirem no ensino regular em uma sala de aula que comporte esta especificidade.

Para regulamentar e assegurar a Educação da Pessoa com Necessidades Especiais estão o Decreto 5.296/2004 que conceitua os diversos modos de apresentação da deficiência a serem trabalhados em sala de aula regular e também no Atendimento Educacional Especializado (AEE), e, a lei que data de 27 de dezembro de 2012, a Lei nº 12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista mesmo já havendo uma lei em relação aos Autistas de 1990, a mesma não satisfazia os pais de alunos com esta deficiência quanto a abordagem e o tratamento dispensado a estes deficientes no ensino regular, como há ainda em relação a muitos atendimentos realizados com os deficientes em sala, visto que não há uma capacitação em torno do atendimento a ser feito, o que há são ações desenvolvidas em torno disto, mais muito ainda precisa ser discutido nesta direção para que haja uma inclusão real do deficiente na aprendizagem, e, não apenas facilidade de acesso sem as interações necessárias para que haja desenvolvimento do deficiente enquanto estudante.

A perspectiva inclusiva do Ensino da Pessoa com Necessidades Especiais está garantida em documentos como a LDB 9394/96 conforme seu art. 58 que cita que “entende-se

por educação especial, a modalidade de ensino oferecida preferencialmente na rede regular de ensino a pessoas com necessidades especiais” e no Art. 60 ainda cita que “este atendimento pode ser especializado (Inciso 1º do Art. 60)” e na constituição de 1988 através de seu artigo 205 e 208 onde destaca além do direito de efetivação de matrícula na rede regular de ensino outras providências entre as quais a de que “...é dever do estado e da família assegurar a educação”. E, a partir de vários outros documentos e leis está assegurado aos deficientes o direito a matrícula (Decreto Federal nº 3298/99) na escola regular sendo passível de crime e condenação aquele que incorrer contra este direito e ignorar as especificidades que envolvem o trabalho com o deficiente para que ele seja pleno e atenda aos anseios de pais e alunos que procurarem as escolas com esta finalidade.

Em se tratando de um tema bastante discutido no meio educacional e ao mesmo tempo ser assegurado em lei caso a família opte pelo ensino regular, a pessoa com necessidades especiais estudando juntamente com os alunos ditos normais, é um entendimento aceito por todos, no entanto como faz-se necessário uma preparação maior para atender as especificidades de cada deficiência, considero que os profissionais não estão aptos a receber estes alunos com necessidades especiais e atendê-los satisfatoriamente, até porque a educação sempre carregou em seu bojo um direcionamento para a homogeneidade dos alunos e historicamente para ocupar o ócio das pessoas em condições sociais elevadas, então, este paradigma não se adapta a realidade das pessoas com necessidades especiais.

Como profissional da educação, e observando o dia a dia das escolas porque passo, me inquieto quando sei do direito adquirido e da legítima legalidade de se ter acesso ao meio educacional, mas por outro lado, sabendo das habilidades que deve-se ter para incluir e não apenas ver o deficiente como mais um número ali em sala e ao mesmo tempo não potencializá-lo como cidadão por não carregar comigo as habilidades de lidar com o braile, com libras e outros materiais necessários no desenvolvimento da pessoa com necessidades

especiais, noto que o direito apesar de haver a garantia da matrícula, está distante de ser consolidado como deveria, não pela falta de vontade, mas pela formação necessária que faltou a maioria dos profissionais e mesmo tendo a sala multifuncional com o AEE (Atendimento Educacional Especializado) não é suficiente para desenvolver as potencialidades destes alunos, visto que a maioria do tempo escolar dele é dentro da sala regular, e, o profissional desconhecendo as especificidades para garantir a aprendizagem do aluno, pouco adianta ele está ali, pois o principal que seria aprender dentro da especificidade dele, não é viável pelo desconhecimento do profissional que está ali lidando com ele.

Outro fator inquietante, é que pelos estudos realizados, sabe-se que surdos, cegos e outras deficiências, ao tentar comunicação e não conseguir, manifestam um índice de violência considerável, e, as nossas escolas não têm outros profissionais para acompanhar o atendimento, solucionar conflitos e atenuar as situações que possam surgir facilitando assim o trabalho em sala de aula o que não é o caso, pois até para se conseguir um laudo demora-se meses e às vezes nem se consegue por falta de psiquiatras, ou pelo fato de laudos serem caros e as famílias não terem este poder aquisitivo.

Então, as leis como bem dizem os juristas, estão aí para serem cumpridas, mas só o cumprimento não basta, há que se promover formações verdadeiramente consistentes, e, se assegurar aos profissionais da educação condições mínimas de conhecimento para que possam lidar com as especificidades que acompanham a educação contemporânea e ao mesmo tempo os sujeitos desta contemporaneidade, para que não haja um faz de conta e sim um trabalho ressignificado e voltado para os objetivos sociais de todos e não apenas para ocupar ócio ou favorecer industriais com mão-de-obra barata, o papel da educação é bem mais amplo que isto.

Então, analisando as peculiaridades da Educação numa perspectiva de Inclusão da Pessoa com Necessidades Especiais no Ensino Regular é que o presente trabalho foi realizado, contendo em seu bojo no capítulo primeiro uma visão sobre os termos envolvidos no trabalho com a Pessoa com Necessidades Especiais, a história da deficiência ao longo da história, bem como referências a alguns decretos e leis que foram criadas mediante a necessidade de implementação de uma educação para as Pessoas com Necessidades Especiais onde o acesso fosse realmente assegurado, já no capítulo dois, temos um pouco da história do município onde as escolas que nortearam a pesquisa estão inseridas, como também a história destas escolas onde funciona a Educação Especial no Ensino Regular sendo complementado nas salas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou salas multifuncionais, e, no terceiro capítulo foi esboçado uma panorâmica sobre a educação inclusiva, além das falas das pessoas envolvidas no processo da Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva colhidas através de questionários aplicados com as mesmas, entre as quais estão os profissionais do Ensino Regular, os Profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os familiares dos alunos com necessidades especiais e um deficiente visual, encerrando o presente trabalho com os resultados e conclusões a que foram direcionadas ao longo da pesquisa deste trabalho com pretensão monográfica.

1. REFERENCIAL TEÓRICO:

1.1. TERMOS QUE MERECEM DESTAQUE:

Deficiente, segundo o minidicionário Soares Amora significa: 1. Imperfeito; 2. Em que há imperfeição. Já a palavra deficiência significa: 1. Insuficiência, falta; 2. Imperfeição;

Inclusão, segundo o mesmo minidicionário significa: *sf* Ação ou efeito de incluir-se. Antônimo de Exclusão.

Já o verbete “Integrar” *vtd.* significa: 1. Completar, inteirar; vp 2. Completar-se, inteirar-se.

Então, baseado nestes verbetes, podemos abstrair que em uma visão inclusiva como bem interpreta as pessoas simpatizantes da causa e os próprios deficientes envolvidos neste processo de busca pelos seus direitos e ao mesmo tempo garantias de fato e não apenas de direito que é incompatível realmente utilizar estes termos como “portador de deficiência”, dizer que estamos integrando a pessoa com necessidades especiais no processo, pois se assim fizermos, estaremos apenas completando um quadro e não introduzindo o deficiente no processo como um ser com direito de fato, visto que, mesmo as pessoas com necessidades especiais apresentando múltiplas formas de interatividades elas são diferentes na especificidade da sua necessidade, no entanto deve ser igual em seu direito a educação como garante as leis constitucionais da educação, e, como salienta Santos (1995) apud. Mantoan (2004),

[...] num debate multicultural, nessa tal configuração cognitiva que proponho, é preciso, como princípio de conversa, aceitar um imperativo: temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (MANTOAN, 2004, p. 16)

1.2. UMA VISÃO SOBRE O DEFICIENTE NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE:

A deficiência ao longo do tempo foi tratada como uma anomalia a ser extirpada do convívio humano e como na história da humanidade é comprovada a segregação de pessoas pelas diferenças em relação ao padrão aceitável como é o caso de etnias, classe social, credo entre outros fatores, com o deficiente e até mesmo a pessoa com altas habilidades e super-dotação não é diferente, até mesmo pelo fato de serem necessárias o montante de leis que temos para tentar assegurar o direito da pessoa com necessidades especiais a educação, então abaixo estará um pouco desta história do deficiente ao longo do tempo em pesquisa realizada pela Associação Nacional do Membros do Ministério Público de Defesa dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID), através de Maria Aparecida Gugel.

Não se têm indícios de como os primeiros grupos de humanos na Terra se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Tudo indica que essas pessoas não se sobressaiam ao ambiente hostil da Terra. Basta lembrar que não havia ambiente satisfatório para dias e noites de frio intenso e calor insuportável; não havia suficiente, era preciso ir à caça para garantir o alimento diário e, ao mesmo tempo, guardá-lo para o longo inverno.

Não se plantava para o sustento. A caça para a obtenção de alimentos e pele de animais para se aquecer e a colheita de frutos, folhas e raízes garantia o sustento das pessoas. Há mais ou menos dez mil anos quando as condições físicas e de climas na Terra ficaram

mais amenas, os grupos começaram a se organizar para ir à caça e garantir o sustento deles mesmos e da família. Na Pré-História a inteligência do homem começou a se destacar e os integrantes do grupo passaram a perceber melhor o ambiente onde viviam, começando a adorar o sol, a lua e os animais como se fossem deuses.

As tribos se formaram e com elas a preocupação em manter a segurança e a saúde dos integrantes do grupo para a sobrevivência. Os estudiosos concluem que a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível porque o ambiente era muito desfavorável e porque essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era inclusive muito comum que certas tribos se desfizessem das crianças com deficiência é a lei da selva.

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais realizando trabalhos considerados leves (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações, pois eram os deficientes que mais trabalhavam com estes feitos artísticos. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos e até mesmo de bobos da corte.

Platão, no livro *A República*, e Aristóteles, no livro *A Política*, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação coisa que acontece até os dias atuais em algumas tribos. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia.

Em Esparta os gregos se dedicavam à arte da guerra, preocupavam-se com as fronteiras de seus territórios, expostas às invasões bárbaras, principalmente do Império Persa. Pelos costumes espartanos, os nascidos com deficiência eram eliminados, só os fortes sobreviviam para servir ao exército de Leônidas ou seja, o ser humano não cultivava o apego ao semelhante.

As leis romanas da Antiguidade não davam direito às pessoas que nasciam com deficiência. Aos pais era permitido matar as crianças que com deformidades físicas, pela prática do afogamento. Relatos nos dão conta, no entanto, que os pais abandonavam seus filhos em cestos no Rio Tibre, ou em outros lugares sagrados. Os sobreviventes eram explorados nas cidades por “esmoladores”, ou passavam a fazer parte de circos para o entretenimento dos abastados ou seja, a providência divina salvava alguns destes indivíduos jogados ao acaso.

Ao tempo das conquistas romanas, auge dos Césares, legiões de soldados retornavam com amputações das batalhas dando início a um precário sistema de atendimento hospitalar.

Foi no vitorioso Império Romano que surgiu o cristianismo. A nova doutrina voltava-se para a caridade e o amor entre as pessoas. As classes menos favorecidas sentiram-se acolhidas com essa nova visão. O cristianismo combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência e assim o princípio da alteridade. Os cristãos foram perseguidos, porém alteraram as concepções romanas a partir do Século IV. Nesse período é que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências o que já correspondia a um avanço em relação às práticas adotadas até então.

Em Alexandria foi criada a primeira universidade de estudos filosóficos e teológicos de grandes mestres. Dentre eles, Dídimo, o Cego, conhecia e recitava a Bíblia de cor mostrando que a inteligência não era privilégio de pessoas ditas normais apenas. No período em que começava a ler e escrever aos cinco anos de idade, Dídimo perdeu a visão, mas continuou seus estudos, tendo ele próprio gravado o alfabeto em madeira para utilizar o tato o princípio da criação do alfabeto braile.

As Constituições romanas do Imperador Leão III havia a previsão da pena de vazar os olhos ou amputar as mãos dos traidores do Império. Há registros de que os índices de criminalidade baixaram. Esta pena foi praticada até a queda do Império Romano e continuou sendo aplicada no Oriente.

Os períodos marcados pelo fim do Império Romano (Século V, ano 476) e a Queda de Constantinopla (Século XV, em 1453), marcam o início da Idade Média. É marcada por precárias condições de vida e de saúde das pessoas. A população ignorante encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus, e, até os dias atuais este pensamento ainda perdura para algumas pessoas. Os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos. As crianças que sobreviviam às práticas realizadas, eram separadas de suas famílias e quase sempre ridicularizadas. A literatura da época coloca os anões e os corcundas como focos de diversão dos mais abastados como um sarcasmo da raça humana de se divertir as custas de deficiências alheias.

O rei Luís IX, cujo reinado ocorreu entre 1214 e 1270, fundou o primeiro hospital para pessoas cegas, o Quinze-Vingts. Quinze- Vinte significa $15 \times 20 = 300$. Era o número de cavaleiros cruzados que tiveram seus olhos vazados na 7ª Cruzada.

Então, como foi explicitado nas palavras expostas através desta pesquisa histórica a respeito da forma de tratamento imposta aos deficientes ao longo das civilizações, evidencia barbáries praticadas contra o deficiente além da naturalidade com que o ser humano costuma julgar e até se livrar de seres humanos como se nada valessem ou representassem nos modelos de sociedade vivenciados por cada povo em cada período de concepções e vivências.

1.3. UMA VISÃO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DE LEIS:

Ao longo do tempo, muitas deficiências existiram e vão continuar existindo, mas a forma como o deficiente é visto tem mudado cotidianamente, e, a partir da família que sempre superprotegeu estas pessoas ao ponto de torná-las excluídas do convívio social, atualmente tem outra visão a respeito e são chamadas a incluir as pessoas com deficiência neste convívio e mais do que isto, a assegurar-lhes os direitos que lhes são conquistados a partir de decretos como:

O Decreto Legislativo 186 de 09 de julho de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD (ONU – 2006), “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.”

O Decreto 5.296/2004 considera deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz;

Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual seja igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a

baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

Deficiência mental: funcionamento intelectual significativo inferior à média, com manifestações antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; trabalho;

Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências; e II – pessoa com mobilidade reduzida, aquela que não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

(Educação Especial – perguntas e respostas – FUNAD, p. 6, 7 e 8)

Além dos decretos acima mencionados, a educação da pessoa com necessidades especiais está assegurada através de leis entre as quais destacam-se mais uma vez o Decreto 5.296/2004 que conceitua os diversos modos de apresentação da deficiência a serem trabalhados em sala de aula regular e também no Atendimento Educacional Especializado (AEE), e, a mais recente lei data de 27 de dezembro de 2012, a Lei nº 12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Apesar de já haver uma lei em relação aos Autistas de 1990, havia uma insatisfação por parte dos pais de alunos com esta deficiência quanto a abordagem da lei e o tratamento dispensado a estes deficientes no ensino regular, como há ainda em relação a muitos atendimentos realizados com os deficientes em sala, visto que não há uma capacitação em torno do atendimento a ser feito, o que há são ações desenvolvidas em torno disto, mais muito ainda precisa ser discutido nesta direção para que haja uma inclusão real do deficiente na aprendizagem, e, não apenas uma facilidade de acesso.

Outro aspecto a ser observado é que para a escola oferecer um trabalho adequado, algumas deficiências necessitam de um cuidador, um intérprete ou um transcritor, e, por não se ter um conhecimento mais amplo dos direitos ou buscá-lo junto a instâncias superiores, as

escolas ficam a espera de profissionais com estas características e em alguns casos quem acumula funções dando aula e realizando as atividades deste profissional é o professor.

O ensino a partir de uma perspectiva inclusiva está garantido em documentos como a LDB 9394/96 conforme seu art. 58 que cita que “entende-se por educação especial, a modalidade de ensino oferecida preferencialmente na rede regular de ensino a pessoas com necessidades especiais” e no Art. 60 ainda cita que “este atendimento pode ser especializado (Inciso 1º do Art. 60)”. E, a partir de vários outros documentos e leis está assegurado aos deficientes o direito a matrícula (Decreto Federal nº 3298/99) na escola regular sendo passível de crime e condenação aquele que incorrer contra este direito e ignorar as especificidades que envolvem o trabalho com o deficiente para que ele seja pleno e atenda aos anseios de pais e alunos que fizerem uso do mesmo.

Apesar de estar assegurado na LDB, Lei nº 9394/96 e na constituição de 1988 através de seu artigo 205 e 208 onde destaca além do direito de efetivação de matrícula na rede regular de ensino outras providências entre as quais a de que “...é dever do estado e da família assegurar a educação”, quando é colocado o termo que os alunos com necessidades especiais devem ter assegurado o direito de estudo “preferencialmente” na rede regular de ensino, é aberto um precedente para que a família tome as próprias decisões quanto a educação dos seus filhos e, neste sentido é que existe a oferta de ensino na rede privada, bem como escolas para atender as diversas apresentações das necessidades da pessoa com deficiência , além do que, mesmo a matrícula estando assegurada e se falar e propalar tanto a respeito da inclusão, falta muito para que ela aconteça a partir da formação do professor que carece ser melhor estruturada para atender ao leque de atuações que carece fazer dentro de uma sala com mais de uma pessoas com necessidades especiais, visto que, para isto se tiver que ensinar a uma pessoa cega e a uma surda na mesma sala de aula precisará dominar o Braille e libras ao

mesmo tempo, sendo que apenas em formações recentes é que estão dentro do currículo o desenvolvimento destas habilidades.

Isto posto, para que dê fundamentação ao trabalho com a pessoa com necessidades especiais visto que para atendê-las faz-se necessário a inclusão e não apenas integração ao Ensino Regular, além de se ter um conhecimento da segregação histórica pela qual a pessoa com deficiência perpassou ao longo do tempo cujas marcas ainda permanecem latentes em algumas civilizações atualmente apesar de haver muita luta em torno da inclusão e pelos direitos humanos, então para dar suporte as necessidades, é colocado a disposição destas pessoas o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas multifuncionais aparelhadas através de recursos disponibilizados após criação e aceitação do PAR (Plano de Ações Articuladas) do município ou do Estado quando se coloca esta necessidade comprovada a partir de laudo Médico Psiquiátrico atestando o tipo de deficiência atendida por aquela escola na pessoa do aluno regularmente matriculado lá.

2. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO: MUNICÍPIO/ESCOLAS CAMPUS

2.1. O MUNICÍPIO:

O município de Princesa Isabel está localizado na região oeste do Estado da Paraíba a 419 km da capital paraibana, João Pessoa, ocupa uma área de 379,1 Km². A sede municipal apresenta uma altitude de 680m e coordenadas geográficas de 37° 59' 34'' longitude oeste e 07° 44' 13'' de latitude sul.

Por sua localização, polariza as cidades circunvizinhas que compreendem a mesorregião da Serra do Teixeira, caracterizando ampla faixa territorial, com os seguintes municípios: Princesa Isabel, São José de Princesa, Manaíra, Tavares, Juru, Água Branca, Imaculada, Maturéia, Teixeira; dos estados de Pernambuco: Distrito de Jericó, Triunfo, Flores, Camalaú, Calumbi, Serra Talhada, Carnaíba, Afogados da Ingazeira e outras cidades circunvizinhas; o que condiciona o caráter receptivo e centralizado da cidade em relação às atividades desenvolvidas por sua população, bem como, das cidades abrangidas, no que concerne ao comércio, não se restringindo à agricultura e pecuária.

O município foi criado pela lei nº 705 de 03 de Novembro de 1880 e instalado em 27 de novembro de 1883. De acordo com último censo do IBGE, em 2010, a comunidade possui uma população de 21.282 habitantes, com distribuição entre zona urbana e zona rural. Deste total, consta ainda que um número de aproximadamente 6 mil homens que deslocam-se para as regiões de corte de cana-de-açúcar nas regiões centro-oeste e sudeste, retornando ao município nos meses de novembro e dezembro.

Era Princesa, em seu início, uma modesta e pacata vila, com a vida social bastante ativa.

Não obstante a distância que a separava da capital do estado, e apesar de sua modesta condição, as suas atividades sociais e econômicas já revelavam o desejo de conquistar autonomia administrativa.

A política local era comandada pela família Pereira, na pessoa do Coronel Marcolino Pereira, até 1905, quando, após sua morte, assume o cargo seu filho José Pereira Lima. Este, durante 25 anos, liderou a oligarquia local e implantou diversas reformas modernizantes no município.

Em termos de patrimônio cultural, a cidade preserva ainda alguns monumentos históricos de arquitetura eclética dos séculos XIX e XX, como residências e palacetes, que revelam a herança do período. Conta-se também na sua fundação a rota do ouro através das jazidas do povoado de Cachoeira de Minas, que atraíram aventureiros portugueses e holandeses. Ainda hoje se pratica a exploração do minério nesta região.

Dentro da cultura princesense, pode-se destacar a presença de escravos negros, com a representação com antigos quilombos, como o do Livramento, hoje situado no município de São José de Princesa e o do Domingos Ferreira, no município de Tavares.

No que concerne ao desenvolvimento econômico da cidade, percebe-se uma cultura que não se restringe á agricultura e pecuária, mas que possui uma significativa repercussão dada à variação de produção que envolve, a saber: produção de ovo de granja, destacando-se em segundo lugar no Estado da Paraíba; produção de doce de goiaba, banana e leite; pólo produtor de farinha de mandioca destacando-se o povoado de Lagoa de São João; turismo de lazer com destaque para bares onde se serve o famoso peixe assado e bebidas contando também com um restaurante onde aos domingos grande parte da população de Princesa vai almoçar lá, no Povoado Várzea; fabriquetas que confeccionam shorts, camisas e produtos de cama, mesa e banho; pequenos empreendimentos domiciliares que produzem material de limpeza e um crescimento na construção civil tanto em pequenas construções

como através da VI Engenharia que trabalha na região e circunvizinhança empregando um bom contingente de pessoas da região.

Todas essas microempresas apresentam características domésticas, visto que a maior parte de sua receita bruta provém de vendas realizadas dentro do próprio município e em cidades circunvizinhas. Marca do destaque no município para a economia também da região é a realização da chamada “feira pública”, ocorrente aos sábados e que concentra feirantes de Princesa Isabel e das cidades abrangidas pela mesma. A feira de Princesa Isabel atrai o público local e de outras localidades, com perspectiva de recepcionar aproximadamente quatro mil pessoas que vêm realizar suas compras no município.

Tendo em vista as características apontadas refletem um contexto onde predomina a agricultura familiar, bem como a concentração de comércio local, que eventualmente destina-se ao aproveitamento dos recursos produzidos no município e localidades vizinhas, percebe-se pela própria inclinação da região, uma demanda de qualificação profissional, principalmente na educação.

2.2. AS ESCOLAS CAMPUS:

2.2.1. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CARLOS ALBERTO MEDEIROS DUARTE SOBREIRA:

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira, situada a Rua Alexandre Antônio Medeiros Duarte Sobreira – na cidade de Princesa Isabel – PB, tem como mantenedora a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A Escola foi construída na gestão do Prefeito Luiz Gonzaga de Sousa, com uma área de 1.87m², mas a área construída era de 610m², divididas em três blocos interligados com os seguintes cômodos: 4 salas de aulas, outras salas sendo 01 sala para professores, diretoria, secretaria, cantina, galpão para recreação e seis sanitários. Teve seu início no ano de 1985 após a fase inaugural em dezembro de 1984. A sua denominação se deu em homenagem ao ilustre filho de Princesa Isabel

Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira que teve sua vida ceifada em um grave acidente automobilístico em plena juventude.

A Instituição de ensino iniciou suas atividades em 1985 tendo como diretora a Sr^a Francisca Pereira de Medeiros, com formação pedagógica na modalidade Normal, era um cargo comissionado indicado pelo prefeito. A escola funcionava apenas com o Ensino Fundamental I (o antigo primário) e tinha aproximadamente 130 alunos.

Em meados de 1986 a direção foi substituída pela Sr^a Maria Marques Leandro, com formação pedagógica na modalidade Normal, era cargo comissionado indicado pelo prefeito, que permaneceu na função até 1998. A esta unidade de ensino foi concedida a autorização para o funcionamento da educação infantil e ensino fundamental da 1^a a 8^o série, através da Lei 606/1990 com o Parecer 101/1998.

A partir desta data teve no seu quadro inicial a Diretora Lúcia de Fátima Duarte Martins, professora efetiva designada pelo prefeito, com formação pedagógica na modalidade Normal. Na vice-direção a Sr^a Maria Bezerra dos Santos, com formação pedagógica na modalidade Normal, professora efetiva designada para a função. Como secretária Adrina Lopes da Lima com formação pedagógica na modalidade Normal e como coordenadora pedagógica Célia Maria de Almeida Cardoso Rodrigues, graduada em Pedagogia. Tinha um corpo docente com quinze professoras, oito com formação pedagógica na modalidade Normal e sete com nível superior.

A escola passou a funcionar em três turnos nas seguintes modalidades e com uma quantidade significativa de alunos(as): Educação Infantil 195 alunos(as); da 1ª a 4ª série (antigo primário) 172 alunos(as); da 5ª a 8ª série 273 alunos(as), perfazendo um total de 640 alunos(as).

Em 1994 a direção foi substituída pela Srª Lauricéa Medeiros Lima com formação superior em Geografia com uma larga experiência como professora da rede estadual da Paraíba, cargo comissionado indicado pelo prefeito. A secretária, Maria José dos Santos com formação pedagógica na modalidade Normal. Com a qualidade dos serviços prestados cada ano sua clientela aumentava perfazendo um total de aproximadamente 1300 alunos(as).

A escola, durante o seu percurso continuou recebendo um grande número de alunos por oferecer serviços educacionais que respeitam as individualidades dos professores e dos alunos, tendo como objetivo primordial prestar serviços que preparam o cidadão para a vida em sociedade.

No ano de 2001 assumiu a direção a Sra. Angelita Torquato Fernandes graduada em letras e com uma larga experiência educacional, cargo comissionado indicado pelo prefeito cuja adjunta era Gilmara Nunes da Silva graduada em letras a qual fazia parte do quadro de professores efetivos do município, mas a partir do ano de 2002, houve a substituição na direção, assumindo a gestão a Srta. Gilmara Nunes da Silva com adjunta a Sra. Cássia Fidelis de Andrade professora efetiva do quadro municipal graduada em geografia, esta após um ano foi substituída pela professora Margarete Medeiros Salvador Roberto professora do quadro efetivo do município, graduada em letras com especialização em psicopedagogia e adjuntas, Rosineide Alves de Almeida do quadro efetivo municipal graduada em letras com especialização em língua portuguesa e Nádia Leandro S. Medeiros professora do quadro efetivo municipal graduada em matemática.

No ano de 2007, a direção foi passada para a Sra. Dulcinéa Maria da Silva professora do quadro efetivo municipal graduada em Pedagogia e com Especialização em Psicopedagogia e Coordenação Pedagógica pela Escola de Gestores do MEC, tendo como adjuntas a professora Mércia Rúbia Rodrigues Soares, professora do quadro efetivo graduada em Ciências Biológicas com especialização em Gestão Pedagógica pela Escola de Gestores do MEC e a professora Mônica Maria Lopes dos Santos, graduada em Letras com Especialização em Psicopedagogia e Gestão Pedagógica pela Escola de Gestores do MEC, professora efetiva designada para a função. De 2007 a 2013 a escola teve como Coordenação Pedagógica a professora Maria Auxiliadora Silva da Sousa, graduada em Letras com especialização em Metodologia da Pesquisa Educacional, com uma significativa experiência educacional e Marta Maria Rodrigues Santos Fernandes, graduada em História com especialização em Coordenação Pedagógica pela Escola de Gestores do MEC.

No ano de 2009, a direção foi passada para a professora efetiva Maria do Socorro de Medeiros, graduada em geografia com especialização em Metodologia da Pesquisa Educacional, designada para a função. A partir de 2011 o Ensino Fundamental I foi coordenado pela professora Maria Lúcia Santos Bezerra, graduada em história com especialização em Metodologia da Pesquisa Educacional, em Coordenação Pedagógica pela Escola de Gestores do MEC.

Em 2012 a direção da escola foi substituída pela professora Nádia Leandro graduada em matemática com especialização. E a diretora adjunta Nelenia Cristina Medeiros Lacerda graduada em Letras com especialização na mesma área.

Em 2013 a direção da escola foi substituída e temos no quadro administrativo: a diretora Marluce Timóteo dos Santos Aniceto graduada em história, diretora adjunta Mércia Rúbia Soares Rodrigues e Nelenia Cristina Medeiros Lacerda. Na coordenação pedagógica as

professoras: Maria Lúcia Santos Bezerra, Dulcinéa Maria da Silva e Sergia Duarte Paes Lemes, graduada em matemática, com especialização em Psicopedagogia.

Devido a sua demanda a instituição de ensino passou por várias etapas de reformas e ampliações para atender essa demanda de alunos advindos das comunidades urbanas e rurais de nosso município. Contamos com 10 salas de aula, 08 banheiros, laboratório de informática, cantina, sala de professores, secretaria, sala para depósito, biblioteca e sala multifuncional, porém a escola necessita ainda de uma ampliação, para isto foi realizada uma compra de um terreno em frente a referida escola com uma área de 2492,75m², conforme certidão de domínio e ônus para uma futura reforma que venha beneficiar a todos que compõem a comunidade escolar.

Em 2012/2013 a escola Carlos Alberto está com mais uma ampliação ainda em processo de acabamento de quatro (04) salas de aulas e uma quadra poliesportiva.

A Escola Municipal Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira é muito centralizada favorecendo o acesso de alunos e demais pessoas, é considerada a maior escola da rede municipal de educação. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira fica situada a Rua Alexandre Antônio Medeiros Duarte Sobreira, s/n, Conjunto habitacional Nominando Muniz Diniz, Bairro Maia, Princesa Isabel – PB. É mantida pela Prefeitura Municipal de Princesa Isabel-PB que tem seu endereço na Rua Arrojado Lisboa, s/nº Centro, Princesa Isabel-PB. O ato oficial da unidade escolar é a Lei 606/90 - Parecer 101/98, CNPJ 01937774/0001-06.

Em 2013 está funcionando com as modalidades Ensino fundamental I (1º ao 5º Ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 9º Ano) e Educação Especial. Horário de funcionamento, Manhã: das 7h00 às 11h45 min, Tarde: 12h30 às 17h30 min, Noite: 18h30 às 22h30 min.

Com o advento do PAR (Plano de ações Articuladas) no ano de 2007, e conseqüentemente a abertura nas escolas do PDE (Plano de desenvolvimento da Educação), dentro dele o PDE-Acessibilidade, o MEC enviou verbas para as escolas realizarem a sua acessibilidade arquitetônica em cumprimento ao que ficou acordado na *Convenção Interamericana Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência* em Guatemala, e, a Escola Municipal de ensino fundamental Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira recebeu verbas e construiu a sua sala Multifuncional, para atender aos alunos com necessidades especiais no contra-turno, adaptou banheiros e construiu rampas de acesso para garantir a inclusão e a mobilidade das pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar bem como recebeu equipamentos para trabalhar as especificidades das deficiências na sala multifuncional e garantir a interatividade destes alunos na escola cuja sala multifuncional está em funcionamento há cinco anos na instituição de ensino.

2.2.2 ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E NORMAL GAMA E MELO:

A Escola Estadual de Ensino fundamental e Normal Gama e Melo está situada a Avenida João Pessoa nº 460, é uma das escolas mais antigas de Princesa Isabel, foi iniciada sua construção no ano de 1922 e concluída em 1926, pelo construtor José Ferreira Dias (Ferreirão).

Recebeu o nome de “Gama e Melo” em homenagem ao Bacharel em Ciências Jurídicas sociais “Dr. Antônio Alfredo e Melo. Inaugurada pelo governador João Suassuna.

Nela passaram vários diretores como:

- Professor Benedito em 1926;
- Professor Loureiro em 1930;
- Professor Francelino Neves de Alencar 1932;
- Professora Francisca Viana da Cunha 1936;
- Professora Josefa Rocha Maia 1942;
- Professor Genésio florentino Lima 1948;
- Professora Maria Zélia de Sousa Alves 1984;
- Professora Francisca de Lucena Henriques 1987;
- Professora Marta Maria dos santos 1991;
- Professora Filomena Neta da silva 2002;
- Professora Marta Maria dos santos 2003;

A Escola Estadual de Ensino fundamental e Normal “Gama e Melo”, é uma escola privilegiada, pois por ela passaram pessoas ilustres, que são hoje: médicos, advogados, desembargadores, padres, odontólogos, engenheiros, professores, entre outros profissionais. Preserva sua história em monumentos que compõem um patrimônio de precioso valor histórico e cultural.

O objetivo deste histórico é documentar a história do grupo escolar “Gama e Melo” como contribuição à preservação do seu passado e incentivo para que as atuais e futuras gerações redescubram valores antigos e cultuem o que a escola tem de mais fascinante: a sua estrutura de alvenaria e arquitetura medieval-contemporânea.

O primeiro fardamento do “Gama e Melo” foi do seguinte modelo: Para o sexo feminino, saia azul marinho com pregas, blusa branca de mangas compridas e punhos e uma gola com gravata de laço na mesma cor da saia. Para o sexo masculino, um uniforme caqui de mangas compridas com enfeites de botões.

A escola “Gama e Melo”, sempre foi e continua sendo, uma escola modelo pelo bom desempenho do corpo docente com a sua capacidade intelectual e altruísmo, contribuindo assim para o progresso permanente da referida escola.

Destacamos aqui a equipe dinâmica de diretores, que com suas aptidões, buscam coisas novas para evoluir cada vez mais, o saber e a beleza desta escola, fonte benéfica e maravilhosa de nossa querida cidade de Princesa Isabel.

Até o ano de 2004, a Escola “Gama e Melo” só tinha autorização para funcionar com o Ensino Fundamental, e através do Parecer nº 257/2004 aprovado em 22/12/2004 através do Processo nº 0004024-1/2004, reconhece e autoriza o funcionamento da escola na modalidade Normal por um período de seis anos, período prorrogado até os dias atuais.

Com o advento do PAR (Plano de ações Articuladas) no ano de 2007, e conseqüentemente a abertura nas escolas do PDE (Plano de desenvolvimento da Educação), dentro dele o PDE-Acessibilidade, o MEC enviou verbas para as escolas realizarem a sua acessibilidade, e, a Escola Estadual de ensino Fundamental e Normal Gama e Melo recebeu verbas e construiu a sua sala Multifuncional, para atender aos alunos com necessidades especiais no contra-turno, adaptou banheiros e construiu rampas de acesso para garantir a inclusão e a mobilidade das pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar bem como vieram equipamentos para equipar a sala multifuncional e garantir a interatividade destes alunos na escola.

Dentro deste acesso e permanência do aluno na escola através da inclusão, quando da reformulação dos ambientes para a acessibilidade acordado na Convenção Interamericana Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência na Guatemala, a escola teve de construir um projeto diferenciado visto que, trata-se de um prédio tombado pelo patrimônio arquitetônico histórico do município e não pode

haver modificações na sua faixada, então a saída foi construir uma rampa pela lateral esquerda para não modificar a escadaria a porta de entrada à frente da escola, no entanto a escola já funcionava com sala de recursos em período anterior a esta acessibilidade arquitetônica, sendo que a partir deste direito assegurado na constituição de 1988, ainda não havia assegurado esta acessibilidade, e por este motivo atendia aos alunos com déficit de aprendizagem, sem que para isto necessitasse de um laudo, o que hoje é necessário quando se trata de deficiência intelectual, o caso mais complicado de atingir os objetivos lineares e homogêneos da escola tradicional.

Atualmente é dirigida pela Professora Efetiva Maria Lúcia Bezerra e sua adjunta Maria Inês de Sousa Patrício, ambas eleitas através do voto, na gestão democrática.

3. A FALA DOS PROFISSIONAIS SOBRE COMO SE DÁ A EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

3.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

Avançar no conceito de inclusão supõe a generalização e a universalização de um conceito contemporâneo de direitos humanos cujo lastro transcenda o liame tradicional e histórico entre cidadania e nação tal como desenvolvido, por exemplo, em Marshall (1967) na Inglaterra e em Carvalho (2002) no Brasil. Esse conceito deve constituir o horizonte mais amplo de convivência entre as pessoas dos diferentes povos do mundo.
(CURY, 2004, p. 12)

Incluir significa trazer o educando para dentro da escola e assegura a ele o direito a uma aprendizagem condigna, equitativa, significativa e ao mesmo tempo com resultados, caso contrário estará ocorrendo apenas uma integração do educando à escola para ele ser contado como mais um número e não um ser que interage, tem vida, desejos e particularidades como qualquer outro ser humano, então como no nosso país há uma série de desigualdades e disparidades além visões históricas arraigadas no seio da população de que a educação é para poucos, é para ocupar o ócio das pessoas abastadas, de que estudante não trabalha entre outras questões, e, com a pessoa com necessidades especiais estes problemas se multiplicam tendo em vista as suas especificidades e necessidades, além das políticas compensatórias em relação a pessoa com necessidades especiais estarem aquém das suas necessidades, apesar de ter havido avanços enormes neste sentido, como as construções de salas para Atendimento Educacional Especializado e aparelhamento das mesmas.

As formações para os docentes dentro do atendimento a Pessoa com Necessidades Especiais são mínimas, e como para interagir com as deficiências precisa-se aprender o braille,

a libras, entre outras habilidades das quais os deficientes carecem para se comunicarem de forma satisfatória com as pessoas. Logo, percebe-se que, se um educador está exercendo suas funções no Ensino regular e não tem esta formação, não tem como oferecer um ensino adequado para uma pessoa que tenha estas necessidades, e, mesmo que o profissional do Atendimento Educacional Especializado tenha esta formação, este atendimento não vai ser suficiente e o profissional do Ensino regular vai estar frustrado em suas funções por não conseguir se comunicar satisfatoriamente com o seu educando.

Por este motivo como bem vão falar os profissionais do Ensino regular, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado e próprio deficiente visual, não houve e não há ainda uma educação verdadeiramente inclusiva, mesmo com os avanços que a educação atingiu nos últimos anos.

As possibilidades e os limites das políticas inclusivas e compensatórias no âmbito da educação básica no Brasil continuam a sofrer dos mesmos limites e possibilidades que têm acompanhado a nossa evolução histórica. Reconhecidos graus de avanço em matéria de acesso e de subvinculação de recursos, é preciso atuar sobre a natureza de tais limites e possibilidades. Políticas inclusivas supõem uma adequação efetiva ao conceito avançado de cidadania coberto pelo ordenamento jurídico do país. É ainda dentro dos espaços nacionais, espectro privilegiado da cidadania, que se constroem políticas duradouras em vista de uma democratização de bens sociais, aí compreendida a educação escolar. Afinal, cidadania e nação são construções históricas mas não são objetos de uma relação imanente e ontológica. (CURY, 2004, p. 12)

3.2. PROFESSORAS DO ENSINO REGULAR:

Na fala das professoras que responderam a um questionário ficou explicitado que tendo formação em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia, e havendo entre elas, profissionais que trabalham com pessoas com necessidades especiais há quatro anos, citam que mesmo tentando desenvolver um trabalho coerente com a sua prática pedagógica, têm dificuldades em atingir os objetivos almejados, já que embora tentem imprimir no trabalho

uma relação de boa convivência e isto acabar acontecendo, crianças como cadeirantes e deficientes visuais ainda atingem uma aprendizagem almejada, porém o deficiente intelectual e o auditivo carece de uma formação mais específica, e, em especial o deficiente intelectual com transtornos mentais, segundo estes profissionais acaba por descontrolar a organização de sala e não haver interação nem com ele e nem com os demais colegas que não há condições mínimas para realizar um trabalho que surta efeito no campo educacional.

Segundo as profissionais, a falta de outros profissionais que dêem suporte em sala como cuidadores e o despreparo delas próprias para atuarem com este tipo de necessidade especial e de outros funcionários da escola que não têm alteridade para atuarem junto ao professor em sala de aula e no ambiente escolar. (Na fala de uma professora, ela registrou um desabafo que por um determinado período, trabalhando com uma cadeirante, precisava além de dar aula para ela e para os colegas, conduzi-la ao sanitário e trocar as fraldas que a mesma usava).

Para desenvolver um trabalho com mais segurança, as profissionais salientam que não podem se sentir ou estar sozinhas, carecem de um cuidador ou monitor para auxiliá-las, um acompanhamento de profissionais que direcionem o trabalho com a pessoa com necessidades especiais e acima de tudo, que elas tenham formações continuadas voltadas para o trabalho com a pessoa com necessidades especiais entre outras especificidades.

Na opinião destas profissionais não há inclusão totalmente destas pessoas no processo educativo, e, a escola precisa se reorganizar para atender a demanda que o meio educacional engloba atualmente para que haja uma inclusão de fato e que o profissional do “Atendimento Educacional Especializado” não dialogue com os profissionais do Ensino Regular.

Então, por estes e outros fatores não se sentem seguras para realizar o trabalho, até pela incerteza de como agir pedagogicamente com esses alunos sem saber ao certo se estão procedendo de forma certa ou não, apesar de às vezes diferenciarem as atividades realizadas em sala, frisando que dentro da escola, na medida do possível, os profissionais com quem podem contar em necessidades prementes são os coordenadores e a direção, enfatizando desta forma a necessidade de reorganização e reavaliação da escola para aprimorar os seus serviços, e assegurar o direito garantido por lei destas crianças a educação.

Desta forma, o que podemos perceber nas falas destas profissionais, é que as mesmas, têm um comprometimento pertinente com a função, no entanto pelo acúmulo de funções do profissional da educação hoje e até pela falta de formação para lidar com tantas especificidades que envolvem o trabalho educacional além do paradigma seguido ao longo do tempo que não corresponde mais aos anseios atuais, e a própria dificuldade de lidar com o novo peculiar ao ser humano, é que as inquietações destas profissionais são legitimadas, até porque, como cita MANTOAN (2004), ela mesma ficam explicitadas as causas das inquietações atuais neste mundo descentrado em que vivemos.

Sabemos da necessidade e da urgência de impulsionarmos uma reforma estrutural e organizacional das nossas escolas, diante dos apelos da realidade injusta em que vivemos e na qual a inclusão revela a crise escolar, desnuda a fixidez da identidade institucional, abala a identidade dos professores e re-significa a identidade do aluno.
(MANTOAN, 2004, p. 17)

Outro momento em que aparecem estas mesmas inquietações é na obra de HALL (2000) e Mc Laren (2000), obras em que os autores se preocupam em esboçar as impressões colhidas através de seus estudos a respeito do momento em que vivemos, onde os valores mais cristalizados acabam por desmembrar-se e as certezas antigas, atualmente se transformaram em dúvidas, desta forma, para o aluno da educação inclusiva, não é diferente

visto que está inserido neste mesmo mundo do qual os autores se reportam, eis aí as colocações dos mesmos:

O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não detém uma identidade fixa, permanente, essencial. Esse aluno engloba um conjunto diversificado de identidades, diante de um eu que não é sempre o mesmo, seguro e coerente mas um eu cambiante, cada um dos quais com que podemos nos confrontar e nos identificar temporariamente
(Hall, 2000; Mc Laren, 2000 Apud. MANTOAN, 2004, p. 17).

3.3. PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:

Dentro da fala das profissionais que atuam nas escolas campus, objetos de estudo desta pesquisa, há uma diferenciação no modo como o trabalho é desenvolvido, diferentemente da fala das profissionais do Ensino regular que demonstram inquietações semelhantes, até porque as especificidades de deficiências atendidas numa escola e na outra são diferentes, embora em alguns pontos estas falas acabem se cruzando.

Em uma escola o trabalho é desenvolvido segundo a professora utilizando o sistema braile, trabalho em alto relevo, livros em braile, soroban, dominó entre outras atividades lúdicas. Para o deficiente auditivo utiliza-se a língua de sinais (libras), que são as configurações das mãos, movimentos de articulação e orientação entre outras atividades como cartazes com figuras, alfabeto em libras. Já para o deficiente intelectual são utilizados jogos lúdicos, fichas com alfabeto, dominó entre outros, e, para o deficiente físico são realizados trabalhos com as mãos nas palavras da profissional que trabalha há cinco anos nesta área e tem formação em braile (transcritora), libras em contexto (intérprete) entre outras.

Na outra escola pelas palavras da profissional que desenvolve esta função lá, o trabalho é realizado através de vivência de projetos onde as pessoas com necessidades especiais são inseridas e trabalham atividades lúdicas, jogos didáticos, manuseio de instrumentos musicais, entre outros.

Dentre os trabalhos que orgulham as profissionais, em uma escola a professora frisa que já conseguiu fazer com que uma pessoa com deficiência múltipla, só com uma mão conseguisse escrever o braile e um surdo que não sabia libras passasse das mímicas que fazia para os sinais e o maior orgulho mesmo foi esta profissional ver um deficiente intelectual escrever e pinta e diferenciar um objeto do outro e um animal do outro.

Na outra escola, a professora relata como um orgulho haver conseguido implementar e vivenciar na escola um projeto cujo tema é: **Vivência de Aprendizagem e Direitos Humanos** e o lema é: **Respeito às Diferenças como Forma de Melhorar as Relações Interpessoais na Escola**, projeto este que ela diz ter surtido efeito na comunidade escolar no tocante à inclusão.

Quanto ao que consideram ajudar no trabalho que realizam, ambas as profissionais citam que o primeiro passo é a autoestima dos alunos, e, que isto se dá através de elogios aos trabalhos realizados pelos alunos, pois mesmo dentro de suas limitações os mesmos ficam radiantes ao ouvirem que o seu trabalho está bem feito.

Quanto ao que atrapalha, ambas citam a negatividade e a não compreensão do que são pessoas com necessidades especiais, a falta de investimento e de mais profissionais com formação adequada para este trabalho. Elucidam em suas falas que dialogam com as profissionais do Ensino regular já que o diálogo segundo as mesmas é uma ponte indispensável para a realização do trabalho, e ajudam da melhor forma possível no trabalho da sala regular voltado para as pessoas com necessidades especiais.

Quanto a se há inclusão de fato da pessoa com necessidades especiais ambas respondem que infelizmente não vislumbram a inclusão total e que a mesma está longe de ser concretizada pelo fato de na escola todos os profissionais não têm conhecimento de como se comportar diante de algumas situações e também pelo fato de nas escolas haver ausência de profissionais que possam orientar e acompanhar o trabalho não só com as pessoas com necessidades especiais mas também, demais alunos e professores do Ensino Regular como é o caso de psicólogos e outros profissionais de suporte ao trabalho na sala de aula que são relevantes para o bom desempenho do trabalho.

As profissionais declaram estarem totalmente realizadas e falam do quão gratificante é mediar uma criança, um jovem ou adulto e levá-lo a se sentir importante, considerando que seus desejos, sonhos são possíveis de realizar dentro das suas limitações quando são trabalhadas de maneira dinâmica as habilidades necessárias para viverem em sociedade, e, que estes discentes dão uma lição muito importante para o dia a dia que é a de viver bem cada momento de nossas vidas.

Então, pelas palavras das profissionais fica implícito que elas têm conhecimento do que deve ser feito com a pessoa com necessidades especiais em suas múltiplas abordagens embora utilizem estratégias diferentes para atingir os objetivos, também estão em consonância com a legislação e com especialistas no assunto como é o caso mais uma vez de MANTOAN (2004), que expressa as seguintes palavras baseada na legislação:

[...] a Educação Especial, na ótica inclusiva e na Constituição Federal de 1988, deve ser entendida como atendimento educacional especializado e estar disponível em todos os níveis de ensino. Esse atendimento é complementar e necessariamente diferente do ensino escolar. Destina-se a atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência apresentam, naturalmente, para relacionar-se com o ambiente externo, como por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braile; orientação e mobilidade para pessoas cegas; soroban; ajudas técnicas, incluindo informática; mobilidade e

comunicação alternativa/aumentativa; tecnologia assistiva;
 educação física especializada; enriquecimento e
 aprofundamento curricular; atividades da vida autônoma e social.
 (MANTOAN, 2004, p. 4)

3.4. FAMILIARES DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS:

Segundo os familiares de alunos com necessidades especiais das duas escolas em questão, alunos estes com deficiência intelectual por apresentarem limitações mentais comprovadas através de laudo médico-psiquiatra, é de que apesar destas crianças estarem frequentando as escolas mencionadas por mais de quatro anos, em uma escola o membro da família questionado diz que a criança desenvolveu apenas hábitos de higiene pessoal e em outra enfatiza-se que ela não aprendeu nada, no entanto não têm queixas da escola, por considerar que ela está fazendo a sua parte e que estes discentes mesmo não tendo aptidões intelectuais, já conseguiram um benefício através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e, que por este motivo precisam ter matrícula em uma escola para continuar com este benefício. Mesmo achando que estas crianças não desenvolvem uma aprendizagem escolar com facilidade, os familiares demonstram um desejo de que isto aconteça pelo menos em parte, e, falam que seria mais fácil de acontecer se a escola tivesse um psicólogo para auxiliar no trabalho dos profissionais que já estão na escola, e que estão tranquilas quanto ao tratamento dispensado pela escola aos seus filhos(as), pois sentem que os profissionais tratam-nos bem, além do que eles têm uma grande oportunidade de conviver com outras crianças o que já é um avanço neste mundo das pessoas com necessidades especiais.

Citam ainda, que ouvem falar de casos onde os deficientes são trancados em casa, e não recebem muita atenção nem dos familiares, o que para os familiares é inaceitável, já que pessoas especiais carecem de muito cuidado e a família é a principal responsável por isto.

Os familiares ainda externam que entre as situações que mais lhes causam inquietações é quando veem alguém se dirigir para este membro de sua família e diz que ele é incapaz de realizar uma atividade, pois mesmo sabendo das limitações que o mesmo tem, ele não é incapaz em tudo, existem tarefas que ele pode realizar e ajudar os outros a realizarem também.

3.5. PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS:

Na fala do deficiente entrevistado, ele coloca que estuda nesta escola há cinco anos, que iniciou seus estudos a partir de um curso oferecido pela FUNAD - Fundação Centro de apoio à Pessoa com Deficiência, que acabou por lhe despertar o desejo de aprender mais, já que aquele curso lhe proporcionou uma ligeira base sobre o braile, e os orientadores do curso o esclareceram de alguns direitos e de como adquirir materiais para prosseguir nos estudos dentro de suas limitações enquanto deficiente visual.

O entrevistado salienta que ao procurar a escola para efetuar matrícula a época, uma diretora o abordou perguntando se ele tinha conhecimento de que os professores da escola não tinham formação para realizar o atendimento que ele precisava e que ele e os professores iriam enfrentar um desafio grande, já que ele era um dos primeiros a procurar a escola para efetuar matrícula com a limitação que tinha, e, ele cita que não se intimidou e considera pertinente esta preocupação, e que apesar de ter tido um avanço em sua aprendizagem, não se sente totalmente incluído e que os profissionais que têm contato com ele, usam termos inadequados as vezes, e não ter aptidões para acompanhá-lo em seus avanços, o que favorece a sua ascensão é o trabalho com uma profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que realiza um trabalho de transcritora de sua escrita em braile e torna possível a interação com os profissionais do Ensino Regular.

Ele conta ainda que entre os episódios pelos quais passou e não esquece, foi quando foi estudar na segunda fase do Ensino Fundamental, que realizou matrícula em uma turma de EJA, a qual fazia um barulho ensurdecedor e ele não tinha condições de captar quase nada do que os professores tentavam passar, então procurou a direção da escola e manifestou o desejo de ir para uma sala regular, e a direção atendeu o seu pedido e até hoje quando irá cursar em dois mil e catorze o nono ano do Ensino Regular, permanece em uma turma normal e não tem vontade de voltar ao EJA.

Sendo perguntado do que precisa melhorar na escola para que um deficiente visual tenha um atendimento totalmente adequado, o discente cita que uma formação mais adequada para realizar as interações em tempo hábil seria o ideal, ele frisa que não tem queixa do atendimento, no entanto, como os professores do ensino regular não tem noção em braille, não conseguem interagir de forma viável, ficando esta função para a professora da sala multifuncional, o que demanda mais tempo nos resultados do seu estudo, e, as intervenções só podem ser feitas após o crivo desta professora e não dentro da sala como acontece com os demais alunos.

Ele salienta ainda que muitos avanços já ocorreram, no entanto há que se preparar melhor os profissionais das escolas para receberem e lidarem com o deficiente dentro de suas especificidades no horário regulamentado, e, mesmo que haja necessidade de um acompanhamento maior, o trabalho leigo dos professores do ensino regular é uma deficiência enorme no atendimento a pessoa com necessidades especiais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em se tratando da educação especial numa perspectiva inclusiva a partir de leis, decretos e demais documentos e diretrizes que a norteiam, a educação especial no ensino regular está muito bem normatizada e estruturada, visto que corrige erros de segregação que foram cometidos ao longo da história da humanidade na sociedade em geral, começando pela família que isolava o deficiente e concordava em mantê-lo afastado de qualquer convívio social, e, a sociedade que aceitava esta segregação como normal no modelo excludente e sem alteridade que perpassou por séculos na mentalidade das pessoas que legislavam e detinham o poder de mando. Sendo atualmente assegurado o direito à educação do deficiente como mais uma política pública de reparação das sequelas causadas pelos males cometidos contra o deficiente na trajetória da humanidade.

Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), atuando nas salas multifuncionais recebem uma formação condizente com as necessidades dos deficientes que atendem em horário oposto ao do ensino regular, de maneira que para cada apresentação da deficiência existe uma forma de atuação que sane a necessidade, e, em parceria com a Fundação Centro de apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), se consegue estas formações.

No entanto, o profissional do Ensino Regular, que está na escola para atuar junto aos ditos “normais” e aos deficientes, para este, a educação inclusiva torna-se difícil e problemática já que ele não tem uma formação adequada para atuar junto aos alunos com necessidades especiais, e segundo sua própria fala, encontra-se angustiado e inquieto, visto que carece desenvolver um trabalho múltiplo e, as escolas não oferecem profissionais de apoio para auxiliarem-no a realizar um trabalho satisfatório no tocante ao atendimento das necessidades especiais.

As famílias, até pelo benefício que é assegurado ao deficiente, procuram a escola e realizam a matrícula dos seus filhos, embora em muitos casos não acompanhem o desenvolvimento deles, apenas atestam que não evoluem em sua aprendizagem, e, isto é fato, com algumas exceções que acabem superando as expectativas, superando suas limitações e assimilando um aprendizado acima da média para a limitação que tem.

Os deficientes visuais e auditivos, queixam-se muito do barulho que os alunos “normais” produzem em sala de aula, pois sentem o auditivo através das vibrações ao seu redor e o visual através do seu próprio órgão auditivo, no entanto acabam por desenvolver uma boa aprendizagem pelas habilidades compensatórias que desenvolvem ao não disporem de todos os órgãos dos sentidos funcionando perfeitamente.

Neste sentido e para analisar este trabalho oferecido à pessoa com necessidades especiais, é que dentro desta pesquisa, foram respondidos dez (10) questionários, sendo cinco (5) com os profissionais do Ensino Regular, dois (2) com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), dois (2) com os familiares de deficientes com limitações mentais atestadas por laudos psiquiátricos, e um (1) com um deficiente visual cujos resultados registrados foram os seguintes:

Dentro dos questionários preenchidos pelos profissionais do Ensino Regular, 100% afirmam que têm dificuldades em desenvolver o trabalho com o deficiente, desenvolvem uma boa convivência, afirmam que para o trabalho educacional, os deficientes físicos e visuais desenvolvem uma aprendizagem significativa enquanto que os deficientes com transtornos mentais desenvolvem quando muito uma socialização, e, que o deficiente com transtornos mentais descontrola muito o trabalho em sala de aula e, afirmam ainda que necessitam de formação na área das deficiências para atuarem melhor com os alunos com estas especificidades.

Dentro dos questionários preenchidos pelos profissionais do Atendimento Educacional Especializado, 100% afirmam que as crianças com necessidades especiais, precisam desenvolver a autoestima para se sentirem incluídas no processo, que a negatividade e não compreensão das pessoas do que é um deficiente e a falta de formação dos profissionais do Ensino Regular na área das deficiências, bem como a falta de profissionais com psicólogos, psiquiatras e cuidadores atrapalham o resultado do trabalho com a pessoa com necessidades especiais em sala de aula, e, que em suas visões não há ainda inclusão de fato no processo educativo apesar de estarem satisfeitas com o trabalho que desenvolvem e dos avanços que têm havido nos últimos tempos.

Dentro dos questionários respondidos pelos familiares de pessoas com deficiência que estudam nas escolas analisadas, 50% afirma que a criança desenvolveu apenas hábitos de higiene e 50% afirma que a criança não aprendeu nada, 100% afirmam que o trabalho poderia ser melhor se a escola tivesse outros profissionais como psicólogos para acompanhar o trabalho escolar, apesar de estarem tranquilas com o cuidado dispensado aos deficientes em questão, afirmando ainda que apesar de saberem das limitações do deficiente, cada membro se sente mal quando ouvem comentários de pessoas falando que o deficiente é incapaz.

Dentro do questionário respondido pelo deficiente visual ele afirma que não se sente totalmente incluído, que no decorrer das aulas os profissionais usam termos inadequados no trabalho com ele, que se sente seguro quando está com a profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que considera uma deficiência do processo os profissionais do Ensino Regular precisarem de alguém para transcrever as atividades realizadas por ele em braile.

Então, a educação voltada para o deficiente evoluiu consideravelmente, mas carece de aprimoramentos principalmente no tocante ao profissional do Ensino Regular com a oferta de mais formações e a disponibilização de outros profissionais como psicólogos e

outros que auxiliem o trabalho dentro da própria escola, estruturando verdadeiramente esta oferta não apenas instrumentalizando as salas e sim, dando funcionalidade a esta instrumentalização com a formação dos profissionais para operacionalizarem com eles, para que a pessoa com necessidades especiais não frequente a escola apenas para se socializar e sim para desenvolver as potencialidades possíveis dentro de suas limitações e serem úteis na vida social com a satisfação e não a angústia do profissional do Ensino Regular que é quem passa a maior parte do tempo lidando com o deficiente, já que o Atendimento Educacional Especializado é feito apenas no horário oposto com um acompanhamento das habilidades que devem ser desenvolvidas.

Enfim, há que se estender as mãos para realizar nas escolas um aprendizado conjunto e construtivo, visto que, aprender não é algo corriqueiro, mecânico e sem sentido, e sim, um fator intrínseco no tocante a captação da mesma e extrínseco ao lidar com as emoções, e portanto, a angústia e a inquietação faz-se prejudicial, o que precisa na verdade é motivação, união de forças e envolvimento em um processo simbiótico docente/discente para que haja desenvolvimento de habilidades e completude numa aquisição de valores e metas atingidas com satisfação para todos os envolvidos neste processo do aprender.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- **EDUCAÇÃO ESPECIAL Perguntas e Respostas.** Fundação Centro Integrado de apoio ao Portador de Deficiência. Secretaria de estado da educação – Paraíba, 2013.
- Guatemala, *Convenção Interamericana Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.* Assembléia Geral:– 29º período ordinário de sessões, tema 34 da agenda de 1999. Original em espanhol.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade;** trad. Tomás T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- **BRASIL.LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO _ LEI Nº 4024,** BRASÍLIA, 1961.
- **BRASIL.LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO _ LEI Nº 5692,** BRASÍLIA, 1971.
- SILVA, Renata Samara Rodrigues da. Et all. **Representações sociais da Deficiência na Sala de aula Regular Segundo Pais de Alunos.** Recife-2009.
- **BRASIL.LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO _ LEI Nº 9394/96.** BRASÍLIA, 1996.
- **BRASIL .CONSTITUIÇÃO DE 1988. ARTIGO 205 e 208.**
- GUGEL, Maria aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Acesso no site WWW.ampid.org.br em 09/12/2013 às 17:06.

- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva- Ações Inclusivas de Sucesso** - Mesa Redonda “Políticas Públicas de Direitos Humanos e para Pessoas com Deficiência” – Belo Horizonte-MG, 2004.
- PRINCESA ISABEL. **Projeto Político Pedagógico, 2013.** EMEF. Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira.
- PRINCESA ISABEL. **Projeto Político Pedagógico, 2013.** Escola Estadual de ensino fundamental e Normal Gama e Melo.
- FLORENCIO, Francisco. **História de Princesa.** Acesso no blog historiadeprincesapb.blogspot.com.br em 01/12/2013 às 18:30.
- Cury, Carlos Roberto Jamil. **Políticas inclusivas e compensatórias...** Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Aprovado para publicação em: outubro 2004.

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)
CURSO DE EDPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

ENTREVISTA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

1. Quem ou o que lhe trouxe para a escola pela primeira vez?
2. Há quanto tempo você estuda nesta escola?
3. Considera que está incluído no processo educacional oferecido pela escola?
4. Que atitudes facilitam a sua aprendizagem na escola?
5. Que atitudes entram a sua aprendizagem na escola?
6. Em relação aos professores, você considera que eles estão preparados para lidar com você?
7. Além do ensino regular você necessita do Atendimento Educacional Especializado? ()
sim () não
 - Se sim, qual a sua opinião sobre ele?
8. Como uma pessoa com necessidades especiais, você considera que a escola está adaptada para atender as especificidades das suas necessidades ?
() sim () não
 - Se sim, em que?
 - Se não o que precisa fazer para se adaptar?

MUITO OBRIGADA!!!

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)
CURSO DE EDPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES
ENTREVISTA PROFESSORA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO

1. Escola em que atua?
2. Formação.....
3. Quantos alunos são atendidos no AEE desta escola?
4. Que trabalho interativo é realizado com os alunos com necessidades especiais?
5. A quanto tempo você desenvolve este trabalho?
6. Você conseguiu realizar trabalhos dos quais se orgulha dentro das necessidades especiais?
7. O que você considera que ajuda e atrapalha o trabalho que realiza?
8. O diálogo entre você e os profissionais da sala regular ocorre de maneira satisfatória? Em que ele ajuda no desenvolvimento de suas funções?
9. Na perspectiva em que trabalha considera que há inclusão de fato da pessoa com necessidades especiais no processo educativo?
10. Você se realiza como profissional nesta atividade profissional?

MUITO OBRIGADA!!!!

**CURSO DE EDPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**ENTREVISTA MEMBRO DA FAMÍLIA DA PESSOA COM NECESSIDADES
ESPECIAIS**

1. Há quanto tempo seu filho(a) frequenta esta escola?
2. Está satisfeito com o trabalho desenvolvido pela escola?
3. Que habilidades seu(ua) filho(a) desenvolveu que lhe agrada dentro deste trabalho?
4. Em que você considera que poderia melhorar?
5. Foi necessário muita luta para conseguir matricular seu(ua) filho(a) em uma escola?
6. Como família sente-se em paz no tocante ao atendimento educacional para a necessidade do seu filho(a)?
7. O que gostaria de conseguir como benefício para a necessidade do seu filho(a) que ainda não conseguiu?
8. Está satisfeito(a) ou tem sugestões para que o trabalho desenvolvido com o seu filho(a) melhore?
9. Na sua opinião, pela experiência que tem, você considera que as pessoas com necessidades especiais são bem tratadas a nível de país? Justifique?
10. Que inquietações você tem como familiar de uma pessoa com necessidades especiais em relação ao tratamento dispensado pelas outras pessoas ao seu(ua) filho(a)?

MUITO OBRIGADA!!!!

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**ENTREVISTA A PROFESSORA DO ENSINO REGULAR/ ATUANDO COM
ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E “NORMAIS”**

1. Escola em que atua?
2. Formação.....
3. Há quanto tempo você realiza trabalho com pessoas com necessidades especiais no ensino regular?
4. Considera um desafio realizar este trabalho ou para você é normal e fácil de atuar neste ambiente múltiplo onde o “dito normal” interage com a pessoa com necessidades especiais?
5. Que empecilhos, na sua visão, são capazes de atrapalhar um trabalho direcionado desta forma?
6. Que contribuições podem ser úteis para um professor atuar bem dentro de um trabalho com perspectiva inclusiva?
7. Você considera que há inclusão de fato da pessoa com necessidades especiais no processo educativo dentro do ensino regular?
8. O diálogo entre você e os profissionais da sala “DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO” ocorre de maneira satisfatória? Em que ele ajuda no desenvolvimento de suas funções?
9. Você se sente segura em realizar um trabalho com as características deste, que ora tratamos?
10. Além de você, para realizar o trabalho com alunos “normais” e com necessidades especiais dentro da escola, você recebe ajuda de quais outros membros? Elucide:

MUITO OBRIGADA!!!!

Rampas de acessibilidade nas escolas:





Salas de Atendimento Educacional especializado:



Atendimento da pessoa com necessidades especiais na sala multifuncional:



Sala do Ensino regular:

